



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL

**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº \_\_\_\_, DE 2011.**

**(Do Senhor Lira Maia)**

*Solicita realização de Audiência Pública para discutir  
a implantação do Projeto Municípios Verdes no  
Estado do Pará.*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 32, I, “a”; 117, VIII e 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os seguintes palestrantes:

- **Senhor ADALBERTO VERÍSSIMO**, Engenheiro Agrônomo, Mestre em Ecologia e Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON;
- **Senhor ADNAN DEMACHKI**, Advogado e Prefeito Municipal de Paragominas/PA; e,
- **Senhor SIDNEY ROSA**, Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção do Estado do Pará.
- **Dr. DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO**, Procurador da República no Estado do Pará.

Com a finalidade de discutir o Programa “**Municípios Verdes**” implantado no Estado do Pará.



## JUSTIFICAÇÃO

Entre 2007 e 2008, o governo federal lançou uma série de medidas que foram decisivas no combate ao desmatamento na Amazônia. Entre essas medidas, o decreto 6.321 foi o ponto de partida para as ações que deslancharam na maior operação conjunta para viabilização de um novo modelo de desenvolvimento na região. Este decreto e seus atos administrativos municipalizaram o combate ao desmatamento, restringiram o crédito a produtores irregulares, responsabilizaram toda a cadeia produtiva por desmatamentos ilegais e disponibilizaram à sociedade a lista dos infratores e a dos municípios críticos do desmatamento.

As ações de fiscalização focaram mais fortemente nos municípios críticos do desmatamento, que até 2010 já somavam 43. Eles sofreram maiores restrições para acessar crédito e seus produtores e empresas tiveram sua imagem comercial denegrida. Isto levou alguns municípios a buscarem um novo modelo de desenvolvimento. Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso (2006), e Paragominas, no Pará (2008), foram os primeiros municípios a implantarem o projeto “Município Verde. Esta iniciativa rendeu ao município de Paragominas o título de primeira cidade a sair da lista “vermelha. Mas além de cumprir os requisitos para sair da lista, Paragominas foi mais adiante: implantou mudanças em sua base produtiva.

Paragominas tornou-se um exemplo para outros municípios da Amazônia. Sua experiência no processo de transição de um modelo baseado em atividades predatórias para o sustentável pode ajudar outros municípios que desejam mudar, mas não sabem como fazê-lo. Pensando em estimular um maior número de municípios verdes na Amazônia, Foi produzido um guia, que mostra um dos caminhos para esta transição. Ele é destinado principalmente aos gestores locais, como prefeitos e secretários municipais, e lideranças do setor produtivo.

O guia foi elaborado a partir de entrevistas com líderes do terceiro setor que participaram do projeto “Município Verde” em Paragominas, gerentes de bancos na Amazônia e funcionários ligados a temática de crédito rural do Banco Central (Bacen) em Brasília. Também examinamos documentos relacionados ao projeto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL

Paragominas (Pactos, Termos, Decretos Municipais, Relatório de Ações etc.), assim como leis, decretos, resoluções e instruções normativas relacionadas ao tema. E, por fim, Foram consultadas lideranças locais do setor agropecuário e o coordenador de meio ambiente do município de Paragominas.

Ao debater mais profundamente esse importante projeto, esta Comissão estará dando uma enorme contribuição para o desenvolvimento sustentável que queremos ver implantado na Amazônia e em todo o País.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2011.

**DEPUTADO LIRA MAIA**  
**DEM/PA**